COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.651, DE 2009

(MENSAGEM Nº 911/2008)

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel assinado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relator: Deputado MARCELO ITAGIBA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que “Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel assinado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008.”

O texto do Acordo foi submetido à consideração do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 911, de 20 de novembro de 2008, e o ato a ser ratificado, justificado nos termos da EM nº 00364 MRE DCE/DOM I/DAÍ/-KCEE, de 24 de setembro de 2008.

O objetivo da medida é *aprofundar a cooperação no campo educacional, como forma de promover, em benefício mútuo, o estreitamento dos vínculos de amizade, entendimento e cooperação entre Brasil e Israel*, estabelecendo como áreas prioritárias,

dentre outras, *treinamento técnico e profissional, avaliação de cursos, educação superior e pós-graduação e inovação na educação.*

Do processado consta parecer, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, do Relator Deputado Eduardo Lopes, pela aprovação, no mérito, do Acordo, nos termos de projeto de decreto legislativo que apresenta.

Designado Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do art. 54, do RICD, para manifestação quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria, passo a fazê-lo na forma que se segue.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, de acordo com o art. 32, inc. IV, alínea “a”, in fine, do RICD, que é o caso.

A medida tem amparo no inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal que outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, bem como pelo disposto no inciso I do art. 49 também da Carta Política que, de sua vez, atribui competência exclusiva ao Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre atos da natureza como o do presente.

No mérito, em síntese, trata-se da ampliação do escopo da cooperação estabelecida pelo Convênio de Intercâmbio Cultural de 24 de junho de 1959, ao abordar

áreas educacionais específicas que ambas as Partes têm interesse em explorar, Ato que cria, ainda, a Comissão Educacional Brasileiro-Israelenses para acordar e definir detalhes sobre a implementação dos programas de cooperação.

Tratando-se, pois, de medida meritória que está em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente, não havendo, também, nenhum óbice quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa utilizada, manifesto-me pela aprovação do PDC nº 1.651, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MARCELO ITAGIBA

Relator